

7 JAN 1994

Bons Sinais *Economia - Brasil*

11 2 JAN 1994

O ministro Fernando Henrique Cardoso começou a semana com novo alento: a subcomissão de ajuste fiscal que examina o plano de estabilização econômica do governo deu parecer favorável ao congelamento, nos próximos dois anos, das transferências de receitas da União a estados e municípios, nos mesmos níveis de 1993.

O governo propôs, de saída, a retenção de 15% das receitas para a formação do Fundo Social de Emergência, destinado a cobrir os gastos na área social, mas garantia que estados e municípios não seriam prejudicados porque a arrecadação deste ano crescerá 15% sobre 1993.

O Congresso fez a contraproposta, estabelecendo como base os níveis de 93. A alternativa satisfaz plenamente ao ministro Fernando Henrique Cardoso, porque assegura o apoio do Congresso à austeridade dos gastos públicos, que o governo federal se dispunha a tentar sozinho. São claros os sinais de que o Congresso será favorável à iniciativa.

A simpatia dos deputados pelo plano está reduzindo o pessimismo que ameaçava a economia com a demora do Congresso e que incentivou as especulações com estoques e preços. O entendimento já reduziu de um a dois pontos percentuais a previsão do mercado financeiro em relação à inflação de janeiro (agora estimada abaixo de 40%).

O compromisso formal em torno da austeridade entre o governo federal, os governadores de estado e os prefeitos municipais — com o aval do Congresso — reforça a importância de garantir o Executivo o controle de outros importantes focos do gasto público como a previdência social e as empresas estatais.

Os estudos oficiais sobre os gastos salariais das empresas, fundações e autarquias da União revelaram distorções aberrantes em relação à política salarial do funcionalismo público. Embora os

gastos nas empresas computem todos os encargos sociais da CLT — inexistentes no funcionalismo, onde a estabilidade implica vantagens e ganhos menores — levando a comparações absurdas de salários e gastos salariais — nota-se um espírito perdulário na política salarial das estatais.

Quando as empresas têm lucros operacionais, o corporativismo reinante nas estatais (sob o comando da CUT) ameaça fazer greves e intimida a direção a distribuir antecipadamente os lucros aos empregados mediante aumentos reais de salários e contribuições aos fundos de pensão. Por isso, todo ano, essas despesas têm aumento real, em dólar.

Numa inversão total de valores, o Tesouro Nacional, acionista controlador, manda menos administrativamente nas empresas da União do que algumas dezenas de líderes sindicais filiados à CUT, que as dominam politicamente. O Tesouro não decide sobre os dividendos que lhe caberão (e aos demais acionistas), mas tem a obrigação de cobrir prejuízos.

No fim, o cidadão paga pelo bom ou mau desempenho das estatais — como consumidor, nos preços de serviços e produtos que chegam a subir a cada 15 dias (caso dos combustíveis) ou como contribuinte, ao pagar mais impostos para cobrir rombos do Tesouro. Ao interpretar o sentimento de perplexidade do cidadão diante do comportamento das estatais, o presidente Itamar Franco chegou a afirmar que elas “não pertenciam ao povo, mas a meia dúzia”.

O governo tem a oportunidade de corrigir tudo o que estiver errado do ponto de vista administrativo a partir do controle efetivo das suas empresas. Mas o brasileiro não deve se iludir: grande parte dos vícios precisa ser corrigida de maneira definitiva a partir da redefinição do papel do Estado, com o Congresso extinguindo os monopólios ultrapassados no espaço e no tempo.